



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE**  
**DIRETORIA-GERAL**

Av. Antônio da Rocha Viana, nº 3057 - Bairro Santa Quitéria - CEP 69.918-700 - Rio Branco - AC - [defensoria.ac.def.br](http://defensoria.ac.def.br)

**EDITAL Nº 01/2024**

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE**

Regido pelo inciso I do art. 79 da Lei nº. 14.133 de 1º de Abril de 2021.
Processo SEI DPE/AC: 0305.01983/2024-70
OBJETO: Credenciamento de tradutores públicos para prestação de serviços de tradução inglês-português, português-inglês, espanhol - português, português - espanhol, para tradução juramentada de documentos de interesse da Defensoria Pública do Estado do Acre.
DO RECEBIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE CREDENCIAMENTO: A partir de 08/07/2024 Responsável: Comissão de Credenciamento, localizado na Av. Antônio da Rocha Viana, nº 3057 - Bairro Santa Quitéria - CEP 69.918-700 - Rio Branco - AC. Telefone: (68) 3223-2554 Endereço eletrônico: <a href="https://defensoria.ac.def.br/portalTransparencia/editaisLicitacoes">https://defensoria.ac.def.br/portalTransparencia/editaisLicitacoes</a> Correio eletrônico: <a href="mailto:comissaocredenciamento@ac.def.br">comissaocredenciamento@ac.def.br</a>

A Defensoria Pública do Estado do Acre - DPE/AC, torna público que reará credenciamento de tradutores públicos para prestação de serviços de tradução (inglês/espanhol para português) ou versão juramentada de documentos de interesse desta Defensoria Pública, com fundamento no inciso I do art. 79 da Lei nº. 14.133 de 1º de Abril de 2021.

Para o perfeito entendimento deste edital de credenciamento, são adotadas as seguintes definições:

I - Beneficiária: Vara da Família, Fazenda Pública e demais varas e setores que requerem o serviço;

II - Credenciada: Pessoa Física prestadora de serviços de tradução juramentada na forma da lei;

III - Credenciante: Defensoria Pública do Estado do Acre - DPE/AC.

IV - Edital de Credenciamento: Ato o qual publiciza o processo administrativo de credenciamento público em que a Administração pública convoca interessados em prestar serviços.

V - Termo de Credenciamento: instrumento que vincula o credenciado à administração pública.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto deste Edital é o credenciamento de tradutores públicos para prestação de serviços de tradução inglês - português, português - inglês, espanhol - português, português - espanhol, para tradução ou versão juramentada de documentos de interesse da Defensoria Pública do Estado do Acre, conforme especificação e atribuições constantes no Termo de referência.

**2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

2.1. Poderão habilitar-se, para Credenciamento, profissionais aptos(as) a realizar tradução e versão juramentadas de documentos para espanhol e inglês.

2.2. Não será permitido o credenciamento de credenciados na forma de sociedade unipessoal.

2.3. Por tratar-se do objeto de credenciamento de profissional Autônomo não será permitido o credenciamento de Pessoa Jurídica.

2.4. Será admitido o credenciamento de um(a) mesmo(a) tradutor(a) para mais de um idioma, desde que o(a) interessado(a) cumpra os requisitos para cada idioma definidos tanto neste instrumento quando na legislação que rege a matéria.

2.5. Não Poderão participar deste Credenciamento:

I - Pessoas Jurídicas;

II - Pessoas físicas impedidas e as suspensas de licitar ou contratar com o Tribunal, bem como as declaradas inidôneas, nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002, do art. 87, incisos III e IV, da Lei n. 8.666/1993 e dos incisos III e IV do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

III - Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação e quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei n. 14.133/2021.

IV - Enquadrados(as) nas hipóteses de inelegibilidade previstas na alínea e do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº. 64, de 18 de maio de 1990.

V - Punidos(as) com pena de cassação do registro de tradutor e intérprete públicos nos últimos quinze anos.

2.6. Serão credenciados(as) os(as) profissionais que, nos termos da legislação vigente, estejam aptos(as) a realizar tradução e versão de documentos no interesse da DPE/AC nos idiomas espanhol e inglês e de acordo com os respectivos idiomas para os quais estão habilitados(as).

2.7. A inscrição e permanência do(a) CREDENCIADO(A) no cadastro de credenciados junto ao CREDENCIANTE fica condicionada à ausência de impedimentos ou restrições ao exercício profissional.

2.8. O(A) CREDENCIADO(A) deverá, a cada dois anos, contados da publicação do respectivo Termo de Credenciamento, renovar a documentação exigida nos termos do item 4, de forma a comprovar a manutenção dos requisitos exigidos para a prestação do serviço de tradução juramentada.

**3. DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO**

3.1. A proposta de credenciamento e documentação de habilitação devem ser encaminhadas através do e-mail: [comissaocredenciamento@ac.def.br](mailto:comissaocredenciamento@ac.def.br), a partir do dia 06 de junho de 2024.

3.2. Os interessados poderão solicitar o credenciamento, a qualquer tempo, desde que cumpridos todos os requisitos e vigente o presente Edital de Credenciamento.

**4. DO CREDENCIAMENTO**

4.1. A solicitação de credenciamento será emitida pelo(a) interessado(a) conforme modelo constante no Anexo I do Termo de Referência, para se credenciar a qual deverá ser digitada ou elaborada por qualquer outro modo de impressão, em linguagem clara e legível, sem emendas, ressalvas, rasuras, entrelinhas ou ambiguidade.

4.1.1. Os campos "Dados do(a) solicitante", indicação do(s) idioma(s) a que se credencia, assinatura, local e data dos modelos de formulários indicados no item 4.1 são de preenchimento obrigatório pelo(a) solicitante.

4.2. Cópia do comprovante de matrícula do(a) tradutor(a) na Junta comercial do Estado do Acre.

4.2.1. Cópia da inscrição no cadastro de pessoa física - CPF.

4.2.2. Cópia do documento de identidade ou da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), a qual poderá ser substituída pelo arquivo em formato PDF contendo *QR Code* exportado do aplicativo "CNH digital".

4.2.3. Formulário de Cadastro de Pessoa Física e-Social conforme modelo constante no anexo do termo de referência.

4.2.4. Cópia da inscrição de contribuinte como profissional autônomo ou inscrição do Regime Geral da Previdência Social - RGPS (exemplo: Número de Inscrição do Trabalhador (NIT), Programa de contribuição social para trabalhador autônomo, Programa de Integração Social (PIS) ou Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), cópia da página da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) onde conste o referido número de inscrição).

4.2.5. Cópia de inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Serviços - ISS Autônomo (por exemplo, alvará ou situação cadastral ou carnê e comprovante de pagamento ou certidão de isenção emitida no domicílio do tradutor);

4.2.6. Certidão de Regularidade de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

4.2.7. Certidão Negativa de Pedido de Insolvência expedida pelo Distribuidor do domicílio da pessoa física;

4.2.8. Declaração de idoneidade, nos termos especificados no modelo constante do Anexo do Termo de Referência;

4.2.9. Termo de Confidencialidade e Sigilo, conforme modelo do Anexo do Termo de Referência, devidamente preenchido e assinado;

4.2.10. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

4.3. As solicitações de credenciamento serão encaminhadas por e-mail para o endereço [comissaoacredenciamento@ac.def.br](mailto:comissaoacredenciamento@ac.def.br), fazendo referência, no assunto, ao "Credenciamento de Tradutor Juramentado - Edital 01/2024".

4.4. A documentação será recebida pela Comissão de Credenciamento, que atuará o respectivo processo administrativo, para verificação de atendimento aos requisitos do Termo de Referência, e, em seguida, inserido na lista de credenciados de acordo com a ordem de envio da documentação.

4.5. A aprovação ou não do pedido de credenciamento será informada ao(à) interessado(a) no prazo máximo de trinta dias corridos contados do recebimento da documentação completa, por meio de correio eletrônico.

4.6. A documentação apresentada e as informações registradas nos respectivos documentos são de inteira responsabilidade do(a) profissional interessado(a), que é garantidor(a) de sua autenticidade e veracidade, sob as penas da lei.

4.7. O CREDENCIANTE poderá promover diligências destinadas a esclarecer informações prestadas pelos profissionais em seus requerimentos.

4.8. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira referidos nesta Seção, exigidos para o credenciamento, deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e terem sido consularizados, notariados e, se for o caso, registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

4.9. Os(as) interessados(as) poderão solicitar credenciamento a qualquer tempo, desde que cumpridos todos os requisitos e vigente o Edital de Credenciamento decorrente do Termo de Referência.

4.10. O requerimento apresentado de forma incompleta, rasurado ou em desacordo com o estabelecido neste Edital será considerado inepto, podendo o(a) interessado(a) apresentar novo requerimento escoimado das causas que ensejaram sua inépcia.

4.11. O(a) CREDENCIADO(A) responsável pela assinatura do termo de credenciamento, após a aprovação do cadastro, deverá obrigatoriamente, cadastrar-se, no prazo de dois dias úteis, no acesso externo do sistema Eletrônico de Informações - SEI, no endereço eletrônico oportunamente indicado pelo CREDENCIANTE, para assinatura digital do referido termo.

4.12. Após o cadastro no SEI, o(a) CREDENCIADO(A) receberá o acesso para assinar os documentos.

4.13. O requerimento apresentado ao CREDENCIANTE vincula o(a) proponente, sujeitando-o(a) integralmente às condições deste instrumento de credenciamento.

4.14. O CREDENCIADO(A) deverá efetuar o cadastro de credor na Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Acre - SEFAZ, para fins de empenho/pagamento, o qual poderá ser realizado através do [link: http://sefaz.acre.gov.br/2021/?p=434](http://sefaz.acre.gov.br/2021/?p=434).

4.14.1. O prazo de atendimento é de 3 (três) dias úteis, a contar do efetivo recebimento da solicitação pela SEFAZ.

4.14.2. Para credores de outros estados, os formulários e as cópias das documentações exigidas podem ser enviados para o endereço de e-mail: [cadastrocredoresac@gmail.com](mailto:cadastrocredoresac@gmail.com);

4.14.3. Os telefones de contato com o setor de cadastro da SEFAZ são: (68) 3215-2113 | 3215-2253 | 3215-2295 | 3215-2112.

4.15. Em caso de mudança, alteração de conta, instituição financeira o contratado deverá atualizar seu cadastro de credor na Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Acre - SEFAZ.

**5. DA HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO**

5.1. Todos aqueles que preencherem os requisitos constantes no item anterior terão seus requerimentos de credenciamento aprovados pela Comissão de credenciamento, sendo submetidas à homologação.

5.2. A Comissão de Credenciamento realizará a homologação de cada credenciamento, os quais comporão a lista de credenciados, obedecendo a ordem de habilitação das propostas, que será publicada no diário oficial eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Acre.

**6. DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO**

6.1. Os serviços objeto deste Credenciamento serão requisitados formalmente aos(às) CREDENCIADOS(AS) por meio de solicitação de orçamento de serviço de tradução/versão juramentada encaminhada pela DPE/AC (Anexo V do Termo de Referência), meio de e-mail e de acordo com a ordem de distribuição (lista de credenciados)

6.2. O orçamento, apresentado pelo(a) CREDENCIADO(A) pessoa física, deverá conter:

6.2.1. Preço unitário (por lauda) e total da versão ou tradução, em conformidade com a tabela de valores indicada no item 2 deste termo.

6.2.2. Prazo/data de entrega em conformidade com os prazos definidos no documento de solicitação;

6.2.3. Acréscimo do custo de 20% do valor do orçamento a título de contribuição patronal à Seguridade Social, a ser recolhido pelo CREDENCIANTE, como dispõe o art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME n. 116, de 21 de dezembro de 2021.

6.3. Caso haja mais de um tradutor credenciado para o mesmo idioma, os serviços de tradução/versão serão distribuídos em sistema de rodízio, de forma a garantir a participação isonômica de todos os(as) CREDENCIADOS(AS).

6.4. Os(as) CREDENCIADOS(AS) estarão ordenados(as), na primeira distribuição de serviço, pela data de credenciamento, e a partir da segunda distribuição pela data da última distribuição de serviço em seu nome.

6.5. O rodízio de distribuição de serviço é realizado por pela comissão de credenciamento, e estará atualizado no site da Defensoria Pública do Estado do Acre.

- 6.6. O serviço será executado após aprovação formal do orçamento apresentado pelo tradutor, a qual se dará por meio de mensagem eletrônica emitida pela Comissão de Credenciamento da DPE/AC.
- 6.7. A Administração pode, a seu critério, determinar o cancelamento da execução de serviço requisitado até antes do início da sua entrega pelo(a) CREDENCIADO(A), arcando com todas as despesas comprovadas vinculadas a esse serviço que o(a) CREDENCIADO(A) eventualmente possa ter realizado nesse sentido.
- 6.8. Os serviços deverão ser cobrados por laudas, somando-se com a taxa de registro na Junta Comercial cujo cálculo se dará a partir do documento produzido aplicando-se, no que couber, uma das metodologias dispostas nos subitens:
- 6.9. O(a) CREDENCIADO(a) pessoa física deverá apresentar, juntamente com as laudas, nota fiscal eletrônica - NF-e, a qual deve cumprir os recolhimentos dos tributos (estaduais/municipais/federais)..
- 6.10. Caso o(a) CREDENCIADO(A) pessoa física deseje que o CREDENCIANTE faça o abatimento de eventuais recolhimentos a título de contribuição do INSS realizados por empresa/entidade em seu nome no mês de competência da prestação do serviço, deverá apresentar os respectivos comprovantes de recolhimento - os quais podem ser do tipo Guia da Previdência Social (GPS), eSocial, Declaração de Débitos e Créditos Tributários (DCTF web) - e informar:
- 6.10.1. Número de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa/entidade que fez o recolhimento;
- 6.10.2. Valor da remuneração percebida;
- 6.10.3. Categoria do eSocial do contribuinte cadastrado pela empresa/entidade que fez o recolhimento, conforme conforme tabela de categoria de trabalhadores disponível em <https://www.gov.br/esocial/pt-br/documentacao-tecnica/manuais/leiautes-esocial-nt-05-2022-html/tabelas.html#01>.
- 6.10.4. As contribuições previdenciárias para regime estatutário (RPPS), bem como aquelas realizadas como contribuinte individual, não são consideradas para fins do abatimento indicado no item.
- 6.11. O(a) CREDENCIADO(a) fará constar, nos documentos gerados, a indicação inequívoca do número de cada página do respectivo processo judicial, se for o caso, o qual pode ser localizado no canto superior direito dos documentos enviados pelo CREDENCIANTE.
- 6.12. Caso o texto a ser traduzido/vertido esteja em dois ou mais arquivos originais, a entrega das laudas traduzidas/vertidas deverá ser feita separada em blocos distintos, cada um com assinatura, de acordo com os agrupamentos dos documentos nos referidos arquivos originais enviados.
- 6.13. Considerar-se-á atendido o pronto exercício das funções de tradução/versão de textos quando o serviço for executado em conformidade com os termos da proposta aprovada pelo CREDENCIANTE, e à proporção estimada de 2 (duas) laudas por dia útil transcorrido entre a aprovação do orçamento e a data de encaminhamento das laudas em uma das formas definidas nos itens.
- 6.14. Para serviços urgentes, será efetuado um acréscimo no preço por lauda aprovado de 50% (cinquenta por cento), e de 100% (cem por cento) para os serviços extraordinários, os quais, por suas peculiaridades e mediante justificativa, devam ser prestados aos sábados, domingos e feriados oficiais.
- 6.15. Os serviços de tradução/versão juramentada serão prestados no domicílio do tradutor, mediante requisição da DPE/AC. Os documentos a serem traduzidos/vertidos serão encaminhados eletronicamente aos(as) CREDENCIADOS(AS) pelo respectivo endereço de email e serão devolvidos por e-mail para o endereço indicado na mensagem de aprovação da proposta expedida pela Unidade demandante do CREDENCIANTE.
- 6.16. Eventualmente, por solicitação do CREDENCIANTE, o(a) CREDENCIADO(A) deverá providenciar o encaminhamento das laudas traduzidas/vertidas contendo assinatura eletrônica por meio de certificado digital, prioritariamente. Caso o(a) CREDENCIADO(A) não possua certificado digital, poderá enviar os documentos físicos, assinados manualmente, por via postal para o endereço indicado na aprovação da proposta.
- 6.17. Em caso de envio de laudas físicas pelo(a) CREDENCIADO(A), as respectivas despesas de envio correrão por conta do CREDENCIANTE. Para tanto, o(a) CREDENCIADO(A) deverá discriminar essa despesa no Recibo de composição dos custos, emitir a Nota Fiscal eletrônica e encaminhar, juntamente com as laudas traduzidas, os recibos e/ou os comprovantes de pagamento das referidas despesas.
- 6.18. Caso o(a) CREDENCIADO(A) seja considerado impedido de prestar o serviço, esse serviço será automaticamente redistribuído ao próximo da ordem de credenciamento.
- 6.19. Com o propósito de cumprir o disposto no artigo 16 da Lei 13.709/2018, os dados pessoais eventualmente presentes nos documentos originais encaminhados para tradução serão devidamente eliminados pelo(a) CREDENCIADO(A) após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades de tradução a serem realizadas.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

- 7.1. Além de exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(a) CREDENCIADO(A), deverá o CREDENCIANTE:
- 7.2. Colocar à disposição do(a) CREDENCIADO(A) todas as informações necessárias à perfeita execução dos serviços de tradução.
- 7.3. Emitir decisão e/ou resposta sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto, encaminhado para a DPE/AC, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data do recebimento do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período;
- 7.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas na respectiva aprovação da proposta de serviço de tradução juramentada.
- 7.5. Notificar o(a) CREDENCIADO(A), por escrito, sobre incorreções verificadas no objeto fornecido, para ser por ele(ela) corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 7.6. Efetuar o pagamento ao(a) CREDENCIADO(A) do valor incontroverso correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas neste edital;
- 7.7. Promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, com vistas ao seu perfeito cumprimento, sob aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em seu registro próprio as falhas detectadas e comunicando ao(a) CREDENCIADO(A) as ocorrências de quaisquer fatos que exijam as medidas corretivas.
- 7.8. Fiscalizar durante a vigência do credenciamento para que sejam mantidas as condições exigidas no Termo de Referência, vinculado a este Edital.
- 7.9. Aplicar ao (à) CREDENCIADO(A) as sanções previstas na lei, no instrumento convocatório.
- 7.10. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo(a) CREDENCIADO(A) que ensejem tal medida.

## 8. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

- 8.1. Prestar serviços em conformidade com os parâmetros e rotinas estabelecidos neste edital, observando-se as recomendações de boa técnica, normas e legislação vigentes.
- 8.2. Cumprir os prazos previstos na requisição de serviços e nas respectivas propostas aprovadas pelo CREDENCIANTE, executando os serviços distribuídos nas condições estipuladas neste Edital, bem como atendendo aos requisitos legais que a execução do serviço exige.
- 8.3. Declarar-se impedido de atender às demandas, quando for o caso, mediante apresentação de documentação que justifique seu impedimento em até 01 (um) dia útil da convocação para fornecer o orçamento, devendo encaminhar mensagem e documentos para a DPE/AC, visando à análise da justificativa apresentada.
- 8.4. Comunicar ao CREDENCIANTE, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços.
- 8.5. Prestar os serviços em conformidade com as condições estabelecidas neste edital, mormente quanto à emissão da nota fiscal.
- 8.6. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento dos serviços contratados.
- 8.7. Entregar propostas e serviços nos prazos estabelecidos neste edital, respectivamente.
- 8.8. Responsabilizar-se pela fidedignidade dos textos traduzidos/vertidos referentes ao documento original.
- 8.9. Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação.

- 8.10. Adotar medidas de segurança adequadas, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo e confidencialidade relativos ao teor dos documentos e demais informações que integram o objeto do serviço, em ordem ao cumprimento do Termo de Confidencialidade e Sigilo.
- 8.11. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto de interesse do CREDENCIANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços.
- 8.12. Atualizar informações cadastrais na forma e prazo requisitados pelo CREDENCIANTE.
- 8.13. Prestar prontamente todos os esclarecimentos e demais providências relativas aos documentos relativos ao credenciamento ou à execução do serviço que forem solicitados pelo CREDENCIANTE, cujas reclamações se obriga a atender.
- 8.14. Manter regularidade fiscal ao longo do período de vigência do respectivo termo de credenciamento.
- 8.15. Atualizar os documentos de habilitação a cada 24 meses, caso queira manter-se credenciada.

## 9. DO RECEBIMENTO

- 9.1. Os serviços, juntamente com a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, Recibo demonstrando a composição dos custos (ANEXO IV do Termo de Referência) e demais documentos que acompanham a tradução, serão recebidos no prazo estipulado entre as partes, pelos fiscais técnicos mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, sem prejuízo do disposto no Art. 27, caput, da lei 14.195/2021.
- 9.2. O prazo da disposição acima será contado da data do recebimento do serviço pelo CREDENCIANTE.
- 9.3. O fiscal realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 9.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste edital e no orçamento aprovado pelo CREDENCIANTE, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 9.5. Após o recebimento provisório, em caso de conformidade, ou ajustes apontados pelo fiscal, denota-se o recebimento definitivo, onde o fiscal encaminhará o respectivo processo administrativo de pagamento à Diretoria de Finanças e Orçamento após atesto à Nota Fiscal, de acordo com o Procedimento Operacional Padrão (POP) vigente para liquidação administrativa da despesa pública adotado pela DPE/AC.
- 9.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do(a) CREDENCIADO(A) pela exatidão dos termos dos documentos traduzidos/vertidos nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do serviço.

## 10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. A CREDENCIADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:
- dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - dar causa à inexecução total do contrato;
  - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- Multa:**
- moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- O atraso superior à 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21.*
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - as peculiaridades do caso concreto;
  - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A aplicação das sanções é de competência da Defensoria Pública Geral, conforme art. 156 § 6º II da lei 14.133/21.
- 10.5. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser precedida de análise jurídica que deverá observar as regras estabelecidas no § 6º do art. 156 da lei 14.133/21.
- 10.6. A aplicação das sanções previstas nos incisos I,II e IV do item 18.2 poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 10.7. Na aplicação das sanções por parte da Defensoria Pública Geral, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

## 11. DA RENUMERAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

- 11.1. Os valores de referência por lauda foram levantados de acordo com o art. 23 da Lei 14.133/2021, de acordo com a tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNID. MEDIDA	VALOR
1	Serviço de Tradução juramentada por lauda traduzida + taxa de registro JUCEAC.	12637	Lauda	R\$ 60,69

- 11.2. Os valores relativos à alíquota de 20% a título de contribuição patronal do empregador, bem como das eventuais despesas de postagem não estão inclusos nos valores indicados na tabela, porém devem ser considerados pelo CREDENCIADO na formulação do seu preço, de acordo com a solicitação de tradução.

11.3. Para serviços urgentes, será efetuado um acréscimo no preço por lauda aprovado de 50% (cinquenta por cento), e de 100% (cem por cento) para os serviços extraordinários, os quais, por suas peculiaridades e mediante justificativa, devam ser prestados aos sábados, domingos e feriados oficiais.

11.4. Os preços unitários definidos neste edital, desde que observado o interregno mínimo de doze meses da data publicação do respectivo Edital de Credenciamento poderão ser reajustados utilizando-se a variação acumulada de 12 meses do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor amplo, mantido pelo IBGE, adotando-se seguinte fórmula:  $Pr = P + (P \times V)$  Onde:

Pr = preço reajustado, ou preço novo;

P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida na forma definida no *caput* deste item, de modo que  $(P \times V)$  significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste

11.5. O reajuste de que trata o item anterior será promovido por iniciativa do CREDENCIANTE, somente, por meio de termo aditivo ao Termo de Credenciamento decorrente do TR, e seus efeitos serão aplicáveis indistintamente a todos os serviços cujos orçamentos tenham sido aprovados a partir da data de sua publicação.

11.6. O percentual final do reajuste não poderá ultrapassar o percentual limite de crescimento da despesa pública para o exercício, fixado nos termos do novo regime fiscal instituído pela [Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016](#).

## 12. DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

12.1. O credenciado obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto da contratação.

12.2. O credenciado obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

12.3. O credenciado deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício de suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

12.4. O credenciado não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

12.5. O credenciado não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

12.6. O credenciado obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários quando da transmissão autorizada a terceiros, durante o cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

12.7. O credenciado fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

12.8. Ao credenciado não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do objeto deste instrumento contratual.

12.9. O credenciado deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

12.10. O credenciado deverá notificar, imediatamente, o credenciante no caso de perda parcial ou total da informação, dados pessoais e/ou base de dados.

12.11. A notificação não eximirá o credenciado das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda parcial ou total da informação, dados pessoais e/ou base de dados.

12.12. O credenciado que descumprir os termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto, fica obrigado a assumir total responsabilidade e o ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo ocorrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

12.13. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre as partes, bem como, entre o fornecedor/contratado e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços, sob pena das sanções previstas na Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial em contrário.

12.14. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará o contratado a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequentemente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

## 13. DA FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO CREDENCIADO

13.1. As obrigações decorrentes do credenciamento definido neste edital deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021.

13.2. As comunicações entre o CREDENCIANTE e o(a) CREDENCIADO(A) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.3. O CREDENCIANTE poderá convocar o(a) CREDENCIADO(A) para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.4. A equipe de gestão do CREDENCIANTE será composta por gestor e fiscais técnicos designados pelo Autoridade Superior da Defensoria Pública do Estado do Acre.

13.5. Nos termos do Art. 27 da Lei 14.195/2021, presumem-se fiéis e exatas as traduções realizadas por tradutor e intérprete público. Em vista disso, esse aspecto não será objeto da avaliação da fiscalização técnica, por ser matéria de fé pública inerente ao serviço de tradução juramentada.

13.6. O gestor coordenará a fiscalização formal da execução do serviço de tradução juramentada, cuja qualidade técnica decorre de fé pública conferida pelo artigo 27 da Lei 14.195/2021 ao serviço prestado pelos(as) CREDENCIADOS(AS). Coordenará também o registro e atualização de informações que viabilizem a formalização dos procedimentos relacionados aos andamentos dos pedidos de credenciamento, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções aos(as) CREDENCIADOS(AS) e à extinção dos respectivos termos de credenciamento.

13.7. Caberá ao gestor, além das demais atribuições estabelecidas:

13.7.0.1. receber as demandas de tradução e emitir as respectivas ordens de serviço visando à execução do serviço e solicitar ao(à) CREDENCIADO(A) a correção de pendências constatadas na referida execução;

13.7.0.2. avaliar eventuais atrasos nos prazos de entrega ou ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do serviço de tradução e, caso não sejam resolvidas a contento pelos(as) CREDENCIADOS(AS), submetê-las à autoridade superior para deliberação;

13.7.0.3. devolver, mediante justificativa e notificação formal, a nota fiscal apresentados pelo(a) CREDENCIADO(A) quando for observada irregularidade que inviabilize o ateste e pagamento do serviço prestado;

13.7.0.4. acompanhar a manutenção das condições de habilitação do(a) CREDENCIADO(A), para fins de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da prestação do serviço ou da liquidação e do pagamento da despesa, conforme o caso.

13.8. O fiscal técnico realizará o acompanhamento dos aspectos administrativos da prestação do serviço, bem como o controle no que se refere a ajustes de erros formais e materiais, tanto das laudas traduzidas quanto da documentação que as acompanham, bem como providências tempestivas nas hipóteses de descumprimento de prazos, a quem caberá, além das demais atribuições:



- 13.8.1. atestar as notas fiscais e encaminhá-los à Diretoria de Finanças para pagamento;
- 13.8.2. encaminhar ao gestor o pedido inicial da demanda, indicando o número do processo judicial, o idioma e tipo do serviço (ser versão ou tradução), a quantidade de folhas integram o material a ser traduzido, a forma de entrega, bem como outras informações relevantes à execução do serviço;
- 13.8.3. verificar se, ao final da execução do serviço, há a conformidade da especificação do tipo de tradução, do valor unitário ou total, da quantidade e dos prazos com o estabelecido no pedido inicial e na aprovação da proposta de serviços emitida pelo(a) CREDENCIADO(A);
- 13.8.4. prestar apoio técnico e operacional ao gestor, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao objeto e ao acompanhamento do empenho e do pagamento;
- 13.8.5. propor ao gestor, na hipótese de descumprimento das obrigações, a aplicação de sanções ao(à) CREDENCIADO(A), de acordo com as regras estabelecidas no edital de credenciamento.
- 13.8.6. atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações pactuadas e reportar ao gestor para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### 14. DAS VIGÊNCIAS

- 14.1. O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será indeterminado, contados a partir de sua assinatura, podendo ser encerrado a qualquer tempo pelas partes.
- 14.1.1. Não deve-se confundir a vigência do credenciamento com a contratação dos serviços de tradução, na qual será adstrita aos créditos orçamentários e seu instrumento contratual será o Termo de Credenciamento de Tradutor e/ou Nota de Empenho cumprindo o princípio da publicidade.
- 14.2. O Edital de credenciamento ficará aberto para inscrição de novos interessados, desde que atendam aos requisitos do chamamento, enquanto permanecer o interesse da administração na execução dos serviços.

#### 15. DO DESCREDENCIAMENTO

- 15.1. O ato de credenciamento tem caráter precário, podendo, a qualquer momento, o (a) CREDENCIADO(A) ou CREDENCIANTE denunciá-lo.
- 15.2. O(a) CREDENCIADO(A) que desejar solicitar o descredenciamento, deverá fazê-lo mediante aviso escrito encaminhado para o e-mail [comissaoacredenciamento@ac.def.br](mailto:comissaoacredenciamento@ac.def.br).
- 15.3. Em caso de descredenciamento por iniciativa de qualquer uma das partes, o(a) CREDENCIADO(A) deverá adimplir integralmente as entregas de serviços ao CREDENCIANTE que eventualmente restem pendentes até a data final de vigência do seu Termo de Credenciamento.
- 15.4. O ato de descredenciamento implica a suspensão imediata de novas distribuições de serviços ao(à) profissional descredenciado(a).
- 15.5. Em caso de descredenciamento por iniciativa do(a) CREDENCIADO(A), poderá haver novo pedido de credenciamento, cuja aprovação dependerá, além das condições dispostas neste edital, do cumprimento, pelo(a) CREDENCIADO(A).

#### 16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei n. 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido no prazo de dez dias corridos a contar da data de sua publicação.
- 16.2. Os pedidos deverão ser enviados para o e-mail [comissaoacredenciamento@ac.def.br](mailto:comissaoacredenciamento@ac.def.br).
- 16.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até dez dias úteis, a contar do protocolo do pedido.
- 16.4. Ante a acolhida da impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para a retificação desse procedimento.

#### 17. DOS RECURSOS

- 17.1. A INTERESSADA cujo requerimento for considerado indeferido poderá interpor recurso no prazo de três dias úteis, a contar da decisão, observadas as demais condições dispostas no art. 165 da Lei n. 14.133/2021.

#### 18. DAS ALTERAÇÕES DO EDITAL

- 18.1. O presente edital poderá ser alterado para modificar quaisquer condições de prestação dos serviços, inclusive alterar parâmetros de remuneração e de preços das tabelas referenciais.
- 18.2. Qualquer alteração do Edital será publicado no Portal Nacional de Contratações Pública- PNPC, no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Acre e no sítio Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Acre, para que as alterações passem a integrar os termos de credenciamento em vigor.
- 18.3. As alterações do edital serão comunicadas ao (à) CREDENCIADO(A) por notificação emitida por meio do endereço de email: [comissaoacredenciamento@ac.def.br](mailto:comissaoacredenciamento@ac.def.br) enviada ao e-mail dos credenciados(as).

#### 19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1. O presente Edital de credenciamento entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Acre.
- 19.2. Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela apresentação de documentos relativos a este instrumento de credenciamento.
- 19.3. Aplicam-se ao presente Credenciamento as Leis 14.133/2021 e 14.195/2021.
- 19.4. Consultas poderão ser formuladas à Comissão de Credenciamento através do e-mail: [comissaoacredenciamento@ac.def.br](mailto:comissaoacredenciamento@ac.def.br)
- 19.5. As informações relativas à habilitação do(a) CREDENCIADO(A), bem como os avisos relativos a este Credenciamento, serão disponibilizados aos interessados por meio de mensagem expedida por e-mail pelo CREDENCIANTE.
- 19.6. As partes ficarão exoneradas do cumprimento das obrigações assumidas pelo presente instrumento, quando ocorrerem motivos de força maior ou caso fortuito, [assim definidos no parágrafo único do artigo 393 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 \(Código Civil\), enquanto tais motivos perdurarem.](#)
- 19.7. O serviço é prestado no domicílio dos tradutores públicos juramentados e posteriormente encaminhado ao Tribunal. Em vista disso, em relação a este Tribunal, é ínfimo o impacto ambiental causado pela atividade relacionada ao serviço de tradução/versão que se constitui objeto deste edital.
- 19.8. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, nos princípios de direito público e, subsidiariamente, com base em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.
- 19.9. Nos termos do Art. 192 da Lei 14.133/2021, as questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Rio Branco - Acre.
- 19.10. Não serão admitidas cessão, transferência ou subcontratação, total ou parcial do objeto do presente credenciamento.
- 19.11. Na contagem dos prazos referidos neste no Edital e no Termo de Referência, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento, considerando-se os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário no Edital.

Gleison Gomes de Souza  
Agente de Contratação  
Portaria nº. 1011/DPG/2024





DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE  
DIRETORIA-GERAL

Av. Antônio da Rocha Viana, nº 3057 - Bairro Santa Quitéria - CEP 69.918-700 - Rio Branco - AC - defensoria.ac.def.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 116/2024

1.  
1.1.  
2.
- DO OBJETO
- Credenciamento de tradutores públicos para prestação de serviços de tradução inglês-português, português-inglês, espanhol - português, português - espanhol, para tradução juramentada de documentos de interesse da Defensoria Pública do Estado do Acre.
- DOS ITENS E QUANTITATIVOS

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNID. MEDIDA	VALOR
1	Serviço de Tradução juramentada por lauda traduzida + taxa de registro JUCEAC.	12637	Lauda	R\$ 60,69

- 2.1.  
3.  
3.1.  
3.2.  
3.3.  
4.  
4.1.  
4.2.  
4.3.  
4.4.  
5.  
5.1.  
5.2.  
5.3.  
5.4.  
6.  
6.1.  
6.2.  
6.3.  
6.3.1.  
6.3.2.  
6.3.3.  
6.3.4.
- Por tratar-se de serviço eventual e por demanda, não há como estimar um valor total, sendo registrado o valor de média obtido através de cotação de preços utilizando-se como critério o art. 23, §1 da Lei 14.133 e IN. 65/2021 SEGES/ME aferido através do Mapa de Preços (0025668).
- DAS FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
- O Credenciamento será pautado Inciso I do Art. 79 da Lei 14.133/2021 e Decreto Estadual nº. 11.363/2023.
- Decreto 11.878, de 9 de janeiro de 2024.
- O credenciamento não obriga a administração pública a contratar de arcondo com o art 4º do Decreto 11.878/2024, porém avendo necessidade, as contratações oriundas do processo de credenciamento serão pautadas no art. 74, IV lei 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 11.363/2023.
- DAS VIGÊNCIAS
- O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será indeterminado, contados a partir de sua assinatura, podendo ser denunciado a qualquer tempo pelas partes.
- O edital de credenciamento ficará aberto para inscrição de novos interessados, desde que atendam aos requisitos do chamamento, enquanto permanecer o interessa da administração na execução dos serviços.
- Obedecendo o sistema de rodizio atribuído ao credenciamento, as contratações serão adstritas ao créditos orçamentários, de acordo com as emissões das notas de empenho.
- O instrumento de contratação será substituído pelo Termo de Credenciamento de Tradutor, conforme anexo VII deste Termo de Referência.
- DAS COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO
- Tratando-se de procedimento auxiliar da contratação, há regulamentação específica, Decreto Federal nº. 11.878/2024, o qual regulamenta o art. 79 da Lei 14.133/21.
- Assim como ocorre nas modalidades licitatórias, a autoridade superior deverá designar a composição da comissão de contratação como responsável pelo exame e julgamento dos documentos de habilitação nos termos do disposto no § 1º. do art. 5º do Decreto nº. 11.246, de 27 de outubro de 2022.
- Nesse caso específico, a administração pode optar em formar comissão paralela à comissão de licitação.
- Compete à Comissão de Credenciamento:
- I - Lançar Edital de Chamamento Público;
- II - Receber, organizar e analisar a documentação encaminhada pelos interessados no credenciamento;
- III - Avaliar os processos dos interessados ao credenciamento;
- IV - Manter atualizado o cadastro de credenciados, de acordo com especificações mínimas, quantitativos e condições estabelecidas nos respectivos editais e seus anexos;
- V - Dirigir aos participantes comunicações, notificações e solicitações, podendo proceder e rever decisões e/ou encaminhá-las visando às agilidades necessárias ao credenciamento dos participantes;
- VI - Avaliar periodicamente os participantes quanto à prestação dos serviços;
- VII - Suspender ou cancelar o credenciamento de participantes que não mais atendam os requisitos exigíveis no Edital de Credenciaento;
- VIII - Publicizar seus atos nos órgãos oficiais de acordo com as exigências legais;
- IX - Orientar os encaminhame ntos e trâmites necessários ao atendimento das demandas solicitadas.
- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- Poderão habilitar-se para Credenciamento, profisisonais aptos (as) a realização tradução e versão juramentadas de documentos para língua inglesa e espanhola.
- Será adminito o credenciamento de um mesmo tradutor para mais de um idioma, desde que o interessado esteja habilitado para ambos idiomas na Junta Comercial do Estado do Acre.
- Não poderão participar deste Credenciamento:
- Pessoas jurídicas;
- Pessoas físicas impedidas e as suspensas de licitar ou contratar com a Defensoria Pública do Estado do Acre, bem como as declaradas inidôneas, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2022, do art. 87, III e IV da lei 8.666/1993 (cuas leis ainda possuem efeito em caso de contratações vigentes) e dos incisos III e IV do art. 156 Lei 14.133/2021.
- Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pelo credenciamento e quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações prevista no art. 14 da lei 14.133/2021.
- Enquadrados nas hipóteses de inelegibilidade previstas na alínea e do inciso I do caput do art. 1º da Lei complementar nº. 64, de 18 de maio de 1990;



- 6.3.5. Punidos (as) com pena de cassação do registro de tradutor e intérprete público nos últimos 15 (quinze) anos.
- 6.4. Serão credenciados(as) os(as) profissionais que, nos termos da legislação vigente, estejam aptos(as) a realizar tradução e versão de documentos no interesse da DPE/AC de inglês para português - português inglês e de espanhol para português - português para espanhol de acordo com os respectivos idiomas para os quais estão habilitados(as).
- 6.5. A inscrição e permanência do(a) CREDENCIADO(A) no cadastro de credenciados junto ao CREDENCIANTE fica condicionada à ausência de impedimentos ou restrições ao exercício profissional.
- 6.6. O(A) CREDENCIADO(A) deverá, a cada 02 (dois) anos, contados da publicação do respectivo Termo de Credenciamento, renovar a documentação exigida para participação do credenciamento, de forma a comprovar a manutenção dos requisitos exigidos para a prestação do serviço de tradução juramentada.

#### 7. DO CREDENCIAMENTO

- 7.1. Este credenciamento está assegurado no art. 79, I da lei 14.133/2021
- 7.2. A solicitação de credenciamento será emitida pelo interessado conforme modelo constante no ANEXO I deste termo de referência, o qual deve ser digitado ou elaborado por qualquer outro modo de impressão, em linguagem clara e legível, sem emendas, ressalvas, rasuras, entrelinhas ou ambiguidade.
- 7.3. O solicitante deferirá efetuar a indicação dos idiomas a que se credencia, assinatura, local e data dos modelos de formulários são de preenchimento obrigatório pelo solicitante.
- 7.3.1. O solicitante poderá solicitar credenciamento dos dois idiomas através do mesmo documento de solicitação.
- 7.4. Juntamente como o formulário de solicitação de credenciamento específico, devidamente preenchido e assinado, o solicitante deverá apresentar:
- 7.4.1. Cópia do comprovante de matrícula, ou documento similar, do tradutor na Junta Comercial do estado do Acre.
- 7.4.2. Caso a Junta Comercial não emita matrícula ou documento similar que evidencie sua habilitação para prestação de serviços de tradução juramentada, deverá juntar justificativa, declaração ou documento comprobatório, preferencialmente atestado pelo órgão.
- 7.4.3. Cópia do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.
- 7.4.4. Cópia do documento de identidade ou da carteira nacional de habilitação (CNH), a qual poderá ser substituída pelo arquivo em formato PDF contendo QR code exportado do aplicativo CNH digital.
- 7.4.5. Formulário de Cadastro de Pessoa Física e-Social conforme anexo VI.
- 7.5. Cópia da inscrição de contribuinte como profissional autônomo ou inscrição do Regime Geral da Previdência Social - RGPS (exemplo: Número de Inscrição do Trabalhador (NIT), Programa de contribuição social para trabalhador autônomo, Programa de Integração Social (PIS) ou Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), cópia da página da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) onde conte o referido número de inscrição).
- 7.6. Certidão de Regularidade de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- 7.7. Certidão Negativa de Pedido de Insolvência expedida pelo Distribuidor do domicílio da pessoa física.
- 7.8. Certidão Negativa de Débitos Estaduais e Municipais;
- 7.9. Declaração de idoneidade, nos termos especificados no modelo constante no anexo VIII
- 7.10. Declaração de não nepotismo, conforme ANEXO II. deste Termo de Referência.
- 7.11. Termo de Confidencialidade e Sigilo, conforme modelo do ANEXO III, devidamente preenchido e assinado.
- 7.12. A documentação será recebida pela Comissão de Credenciamento, que atuará o respectivo processo administrativo, o qual será submetido para verificação de atendimento aos requisitos deste Termo de Referência, e, em seguida, encaminhado à Diretoria Geral para lavratura do Termo de Credenciamento e coleta de assinaturas.
- 7.13. A aprovação ou não do pedido de credenciamento será informada ao(a) interessado(a) no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento, pela comissão de credenciamento, da documentação completa, por meio de correio eletrônico, sendo que as dúvidas poderão ser esclarecidas pelo e-mail [comissaoacredenciamento@ac.def.br](mailto:comissaoacredenciamento@ac.def.br).
- 7.14. A documentação apresentada e as informações registradas nos respectivos documentos são de inteira responsabilidade do(a) profissional interessado(a), que é garantidor(a) de sua autenticidade e veracidade, sob as penas da lei.
- 7.15. O CREDENCIANTE poderá promover diligências destinadas a esclarecer informações prestadas pelos profissionais em seus requerimentos.
- 7.16. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira referidos nesta Seção, exigidos para o credenciamento, deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e terem sido consularizados, notariados e, se for o caso, registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 7.17. Os(as) interessados(as) poderão solicitar credenciamento a qualquer tempo, desde que cumpridos todos os requisitos e vigente o Edital de Credenciamento decorrente deste TR.
- 7.18. O(a) CREDENCIADO(A) responsável pela assinatura do termo de credenciamento, após a aprovação do cadastro, deverá obrigatoriamente, cadastrar-se, no acesso externo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), no endereço eletrônico oportunamente indicado pelo CREDENCIANTE, para assinatura digital do referido termo.
- 7.19. Após o cadastro no SEI, o(a) CREDENCIADO(A) receberá o acesso para assinar os documentos.
- 7.20. O requerimento apresentado ao CREDENCIANTE vincula o(a) proponente, sujeitando-o(a) integralmente às condições deste instrumento de credenciamento.

#### 8. DA LISTA DE DISTRIBUIÇÃO E INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 8.1. Os participantes à medida que forem credenciados comporão a lista de distribuição de tradutores por idioma (espanhol, português), na qual, a classificação será dada por ordem de recebimento das propostas através de protocolo de recebimento no e-mail [comissaoacredenciamento@ac.def.br](mailto:comissaoacredenciamento@ac.def.br) e após análise da documentação enviada.
- 8.1.1. Observado o envio de documentação incompleta, será solicitado ao candidato que realize a regularização, sendo considerado para fins de classificação, o ultimo protocolo de envio com a documentação regularizada.
- 8.2. A lista de distribuição será publicada no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Acre.
- 8.3. A distribuição das demandas ocorrerá de acordo com a necessidade de tradução de documentos ou versão, a comissão de credenciamento convocará os tradutores em ordem crescente da lista, sendo do 1º ao último, em sistema de rodízio.
- 8.4. O ingresso de novos participantes poderá acontecer a qualquer momento, nos quais, após análise da documentação, será automaticamente posicionados na sequência do último credenciado, seguindo a ordem existente dentro do rodízio.
- 8.5. O instrumento de vinculação contratual será o Termo de Credenciamento de Tradutor (Anexo VII), que será assinado entre as partes e publicizado após o aceite da prestação do serviço de tradução, através do orçamento - Demonstrativo de Composição de Custos (anexo VI).

#### 9. FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

- 9.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência serão requisitados formalmente aos(as) CREDENCIADOS(AS) por meio de solicitação de orçamento de serviço de tradução/versão juramentada encaminhada pela DPE/AC (Anexo V), meio de e-mail e de acordo com a ordem de distribuição (lista de distribuição)
- 9.2. O orçamento, apresentado pelo(a) CREDENCIADO(A) pessoa física, deverá conter:
- 9.2.1. Preço unitário (por lauda) e total da versão ou tradução, em conformidade com a tabela de valores indicada no item 2 deste termo.
- 9.2.2. Prazo/data de entrega em conformidade com os prazos definidos no documento de solicitação;

- 9.2.3. Acréscimo do custo de 20% do valor do orçamento a título de contribuição patronal à Seguridade Social, a ser recolhido pelo CREDENCIANTE, como dispõe o art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME n. 116, de 21 de dezembro de 2021.
- 9.3. Caso haja mais de um tradutor credenciado para o mesmo idioma, os serviços de tradução/versão serão distribuídos em sistema de rodízio, de forma a garantir a participação isonômica de todos os(as) CREDENCIADOS(AS).
- 9.4. Os(as) CREDENCIADOS(AS) estarão ordenados(as), na primeira distribuição de serviço, pela data de credenciamento, e a partir da segunda distribuição pela data da última distribuição de serviço em seu nome.
- 9.5. O rodízio de distribuição de serviço é realizado por pela comissão de credenciamento, e estará atualizado no site da Defensoria Pública do Estado do Acre.
- 9.6. O serviço será executado após aprovação formal do orçamento apresentado pelo tradutor, a qual se dará por meio de mensagem eletrônica emitida pela Comissão de Credenciamento da DPE/AC.
- 9.7. A Administração pode, a seu critério, determinar o cancelamento da execução de serviço requisitado até antes do início da sua entrega pelo(a) CREDENCIADO(A), arcando com todas as despesas comprovadas vinculadas a esse serviço que o(a) CREDENCIADO(A) eventualmente possa ter realizado nesse sentido.
- 9.8. Os serviços deverão ser cobrados por laudas, somando-se com a taxa de registro na Junta Comercial cujo cálculo se dará a partir do documento produzido aplicando-se, no que couber, uma das metodologias dispostas nos subitens:
- 9.9. Nas traduções e m qualquer idioma e versões em idiomas ocidentais, bem entendidos como os que utilizam caracteres alfanuméricos (letras latinas e algarismos arábicos), aplica-se a fórmula:
- 9.10. O(a) CREDENCIADO(a) pessoa física deverá apresentar, juntamente com as laudas, nota fiscal eletrônica - NF-e, a qual deve cumprir os recolhimentos dos tributos (estaduais/municipais/federais)..
- 9.11. Caso o(a) CREDENCIADO(A) pessoa física deseje que o CREDENCIANTE faça o abatimento de eventuais recolhimentos a título de contribuição do INSS realizados por empresa/entidade em seu nome no mês de competência da prestação do serviço, deverá apresentar os respectivos comprovantes de recolhimento - os quais podem ser do tipo Guia da Previdência Social (GPS), e-Social, Declaração de Débitos e Créditos Tributários (DCTFweb) - e informar:
- 9.12. Número de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa/entidade que fez o recolhimento;
- 9.13. Valor da remuneração percebida;
- 9.14. Categoria do E-Social do contribuinte cadastrado pela empresa/entidade que fez o recolhimento, conforme conforme tabela de categoria de trabalhadores disponível em <https://www.gov.br/esocial/pt-br/documentacao-tecnica/manuais/leiautes-esocial-nt-05-2022-html/tabelas.html#01>.
- 9.15. As contribuições previdenciárias para regime estatutário (RPPS), bem como aquelas realizadas como contribuinte individual, não são consideradas para fins do abatimento indicado no item.
- 9.16. O(a) CREDENCIADO(a) fará constar, nos documentos gerados, a indicação inequívoca do número de cada página do respectivo processo judicial, se for o caso, o qual pode ser localizado no canto superior direito dos documentos enviados pelo CREDENCIANTE.
- 9.17. Caso o texto a ser traduzido/vertido esteja em dois ou mais arquivos originais, a entrega das laudas traduzidas/vertidas deverá ser feita separada em blocos distintos, cada um com assinatura, de acordo com os agrupamentos dos documentos nos referidos arquivos originais enviados.
- 9.18. Considerar-se-á atendido o pronto exercício das funções de tradução/versão de textos quando o serviço for executado em conformidade com os termos da proposta aprovada pelo CREDENCIANTE, e à proporção estimada de 2 (duas) laudas por dia útil transcorrido entre a aprovação do orçamento e a data de encaminhamento das laudas em uma das formas definidas nos itens.
- 9.19. Para serviços urgentes, será efetuado um acréscimo no preço por lauda aprovado de 50% (cinquenta por cento), e de 100% (cem por cento) para os serviços extraordinários, os quais, por suas peculiaridades e mediante justificativa, devam ser prestados aos sábados, domingos e feriados oficiais.
- 9.20. Os serviços de tradução/versão juramentada serão prestados no domicílio do tradutor, mediante requisição da DPE/AC. Os documentos a serem traduzidos/vertidos serão encaminhados eletronicamente aos(as) CREDENCIADOS(AS) pelo respectivo endereço de email e serão devolvidos por e-mail para o endereço indicado na mensagem de aprovação da proposta expedida pela Unidade demandante do CREDENCIANTE.
- 9.21. Eventualmente, por solicitação do CREDENCIANTE, o(a) CREDENCIADO(A) deverá providenciar o encaminhamento das laudas traduzidas/vertidas contendo assinatura eletrônica por meio de certificado digital, prioritariamente. Caso o(a) CREDENCIADO(A) não possua certificado digital, poderá enviar os documentos físicos, assinados manualmente, por via postal para o endereço indicado na aprovação da proposta.
- 9.22. Em caso de envio de laudas físicas pelo(a) CREDENCIADO(A), as respectivas despesas de envio correrão por conta do CREDENCIANTE. Para tanto, o(a) CREDENCIADO(A) deverá discriminar essa despesa no demonstrativo de composição dos custos, emitir a Nota Fiscal eletrônica e encaminhar, juntamente com as laudas traduzidas, os recibos e/ou os comprovantes de pagamento das referidas despesas.
- 9.23. Caso o(a) CREDENCIADO(A) seja considerado impedido de prestar o serviço, esse serviço será automaticamente redistribuído ao próximo da ordem de credenciamento.
- 9.24. Com o propósito de cumprir o disposto no artigo 16 da Lei 13709/2018, os dados pessoais eventualmente presentes nos documentos originais encaminhados para tradução serão devidamente eliminados pelo(a) CREDENCIADO(A) após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades de tradução a serem realizadas.

## 10. DO RECEBIMENTO

- 10.1. Os serviços, juntamente com a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, demonstrativo de composição dos custos (ANEXO IV) e demais documentos que acompanham a tradução, serão recebidos no prazo estipulado entre as partes, pelos fiscais técnicos mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, sem prejuízo do disposto no Art. 27, caput, da lei 14.195/2021.
- 10.2. O prazo da disposição acima será contado da data do recebimento do serviço pelo CREDENCIANTE.
- 10.3. O fiscal realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 10.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no orçamento aprovado pelo CREDENCIANTE, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 10.5. Após o recebimento provisório, em caso de conformidade, ou ajustes apontados pelo fiscal, denota-se o recebimento definitivo, onde o fiscal encaminhará o respectivo processo administrativo de pagamento à Diretoria de Finanças e Orçamento após atesto à Nota Fiscal, de acordo com o Procedimento Operacional Padrão (POP) vigente para liquidação administrativa da despesa pública adotada pela DPE/AC.
- 10.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do(a) CREDENCIADO(A) pela exatidão dos termos dos documentos traduzidos/vertidos nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do serviço.

## 11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 11.1. Os serviços deverão ser entregues preferencialmente eletronicamente, com a nota fiscal e todos seus anexos.
- 11.2. Os valores pagos obedecerão aos preços unitários de laudas constante no item 2 deste Termo de Referência.
- 11.3. Nenhum pagamento será efetuado ao(a) CREDENCIADO(A) enquanto houver pendências de quaisquer obrigações que tenham sido causadas por ação ou omissão do(a) CREDENCIADO(A), cuja retenção não será geradora de direitos, nem ensejará o reajuste de preços ou correção monetária.
- 11.4. Após recebimento da nota fiscal, conforme o caso, e, se for o caso, os demais documentos exigidos para o recebimento do objeto a CREDENCIANTE terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para liquidação, prorrogáveis por igual período.
- 11.5. Para liquidação e concretização do pagamento o fiscal encaminhará o processo de pagamento à Diretoria de Finanças e Orçamento devidamente atestada com juntada dos documentos comprobatórios e certidões de regularidade fiscal de acordo com os itens 8.10 a 8.16 deste termo.

11.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o processo será restituído ao fiscal responsável o qual manterá o processo sobretado até que o(a) CREDENCIADO(A) providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo de liquidação da despesa do item.

11.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.9. Após a liquidação e pagamento da despesa, o CREDENCIANTE encaminhará ao(à) CREDENCIADO(A), se pessoa física, o Comprovante de Pagamento, nos moldes do comprovante utilizado pelo Governo do Estado do Acre, apresentando o valor líquido.

11.10. O CREDENCIANTE, por meio da Diretoria de Gestão de Pessoas, por determinação disposta no Art. 37 da [Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012](#), remeterá, até o último dia útil de fevereiro do ano subsequente à prestação do serviço, os informes de rendimentos para os(as) CREDENCIADOS(AS), pessoas físicas, para os quais ocorreram recolhimento de imposto de renda sobre os pagamentos realizados. **Não haverá o envio desses informes para aqueles cujos montantes pagos não atinjam o mínimo que enseje tal recolhimento, conforme previsto na legislação vigente.**

## 12. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

12.1. Além de exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(a) CREDENCIADO(A), deverá o CREDENCIANTE:

12.2. Colocar à disposição do(a) CREDENCIADO(A) todas as informações necessárias à perfeita execução dos serviços de tradução.

12.3. Emitir decisão e/ou resposta sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto, encaminhado para a DPE/AC, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data do recebimento do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período;

12.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas na respectiva aprovação da proposta de serviço de tradução juramentada.

12.5. Notificar o(a) CREDENCIADO(A), por escrito, sobre incorreções verificadas no objeto fornecido, para ser por ele(ela) corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

12.6. Efetuar o pagamento ao(à) CREDENCIADO(A) do valor incontroverso correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas neste termo de referência;

12.7. Promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, com vistas ao seu perfeito cumprimento, sob aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em seu registro próprio as falhas detectadas e comunicando ao(à) CREDENCIADO(A) as ocorrências de quaisquer fatos que exijam as medidas corretivas.

12.8. Fiscalizar durante a vigência do credenciamento para que sejam mantidas as condições exigidas neste Termo de Referência.

12.9. Aplicar ao (à) CREDENCIAD(O)A as sanções previstas na lei, no instrumento convocatório e neste termo de referência.

12.10. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo(a) CREDENCIADO(A) que ensejem tal medida.

## 13. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

13.1. Prestar serviços em conformidade com os parâmetros e rotinas estabelecidos neste Termo de Referência, observando-se as recomendações de boa técnica, normas e legislação vigentes.

13.2. Cumprir os prazos previstos na requisição de serviços e nas respectivas propostas aprovadas pelo CREDENCIANTE, executando os serviços distribuídos nas condições estipuladas neste Termo de Referência, bem como atendendo aos requisitos legais que a execução do serviço exige.

13.3. Declarar-se impedido de atender às demandas, quando for o caso, mediante apresentação de documentação que justifique seu impedimento em até 01 (um) dia útil da convocação para fornecer o orçamento, devendo encaminhar mensagem e documentos para a DPE/AC, visando à análise da justificativa apresentada.

13.4. Comunicar ao CREDENCIANTE, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços.

13.5. Prestar os serviços em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, mormente quanto à emissão da nota fiscal.

13.6. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento dos serviços contratados.

13.7. Entregar propostas e serviços nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, respectivamente.

13.8. Responsabilizar-se pela fidedignidade dos textos traduzidos/vertidos referentes ao documento original.

13.9. Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação.

13.10. Adotar medidas de segurança adequadas, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo e confidencialidade relativos ao teor dos documentos e demais informações que integram o objeto do serviço, em ordem ao cumprimento do Termo de Confidencialidade e Sigilo.

13.11. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto de interesse do CREDENCIANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços.

13.12. Atualizar informações cadastrais na forma e prazo requisitados pelo CREDENCIANTE.

13.13. Prestar prontamente todos os esclarecimentos e demais providências relativas aos documentos relativos ao credenciamento ou à execução do serviço que forem solicitados pelo CREDENCIANTE, cujas reclamações se obriga a atender.

13.14. Manter regularidade fiscal ao longo do período de vigência do respectivo termo de credenciamento.

13.15. Atualizar os documentos de habilitação a cada 24 meses, caso queira manter-se credenciada.

## 14. DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO CONTRATUAL

14.1. Nos termos do Art. 117 da lei 14.133/2021 a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados pela autoridade superior da Defensoria Pública do Estado do Acre, através da gestão por competência para o desempenho das funções essenciais à execução das atividades a serem desempenhadas.

14.2. Em concomitância com Decreto Federal 11.246, de 27 de outubro de 2022 em seu artigo 8º §1, os gestores e fiscais do futuro instrumento contratual, serão designados em momento oportuno pela Defensoria Pública Geral.

14.3. As comunicações entre o CREDENCIANTE e o(a) CREDENCIADO(A) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.4. O CREDENCIANTE poderá convocar o(a) CREDENCIADO(A) para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.5. A equipe de gestão do CREDENCIANTE será composta por gestores e fiscais técnicos designados pelo Gestor(a) máximo, os quais adotarão as orientações de gestão e fiscalização de contratos de acordo com a lei 14.133/2021.

14.6. Nos termos do Art. 27 da Lei 14.195/2021, presumem-se fiéis e exatas as traduções realizadas por tradutor e intérprete público. Em vista disso, esse aspecto não será objeto da avaliação da fiscalização técnica, por ser matéria de fé pública inerente ao serviço de tradução juramentada.

14.7. O gestor coordenará a fiscalização formal da execução do serviço de tradução juramentada, cuja qualidade técnica decorre de fé pública conferida pelo artigo 27 da Lei 14.195/2021 ao serviço prestado pelos(as) CREDENCIADOS(AS). Coordenará também o registro e atualização de informações que viabilizem a formalização dos procedimentos relacionados aos andamentos dos pedidos de credenciamento, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções aos(as) CREDENCIADOS(AS) e à extinção dos respectivos termos de credenciamento.

14.8. Caberá ao gestor também:

- 14.9. receber as demandas de tradução e emitir as respectivas ordens de serviço visando à execução do serviço e solicitar ao(a) CREDENCIADO(A) a correção de pendências constatadas na referida execução.
- 14.10. avaliar eventuais atrasos nos prazos de entrega ou ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do serviço de tradução e, caso não sejam resolvidas a contento pelos(as) CREDENCIADOS(AS), submetê-las à autoridade superior para deliberação.
- 14.11. acompanhar a manutenção das condições de habilitação do(a) CREDENCIADO(A), para fins de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da prestação do serviço ou da liquidação e do pagamento da despesa, conforme o caso.
- 14.12. Caberá ao fiscal:
- 14.13. O fiscal realizará o acompanhamento dos aspectos administrativos da prestação do serviço, bem como o controle no que se refere a ajustes de erros formais e materiais, tanto das laudas traduzidas quanto da documentação que as acompanham, bem como providências tempestivas nas hipóteses de descumprimento de prazos, a quem caberá, além das demais atribuições estabelecidas por lei.
- 14.14. Atestar as notas fiscais e encaminhá-los à unidade competente da Secretaria de Orçamento e Finanças para pagamento, após conferência completa da documentação exigida.
- 14.15. Devolver, mediante justificativa e notificação formal, a nota fiscal apresentada pelo(a) CREDENCIADO(A) quando for observada irregularidade que inviabilize o ateste e pagamento do serviço prestado.
- 14.16. Comunicar ao gestor o pedido inicial da demanda, indicando o número do processo judicial, o idioma e tipo do serviço (versão ou tradução), a quantidade de folhas que integram o material a ser traduzido, a forma de entrega, bem como outras informações relevantes à execução do serviço.
- 14.17. Verificar se, ao final da execução do serviço, há a conformidade da especificação do tipo de tradução, do valor unitário ou total, da quantidade e dos prazos com o estabelecido no pedido inicial e na aprovação da proposta de serviços emitida pelo(a) CREDENCIADO(A).
- 14.18. Propor ao gestor, na hipótese de descumprimento das obrigações, a aplicação de sanções ao(a) CREDENCIADO(A), de acordo com as regras estabelecidas no edital de credenciamento.
- 14.19. Verificar a manutenção das condições de habilitação do(a) CREDENCIADO(A), com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 14.20. Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações pactuadas e reportar ao gestor para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 14.21. Elaborar o relatório final para divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- dar causa à inexecução parcial do contrato;
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

- 15.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

### Multa:

moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

*O atraso superior à 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21.*

- 15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- 15.4. A aplicação das sanções é de competência da Defensoria Pública Geral, conforme art. 156 § 6º II da lei 14.133/21.

- 15.5. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser precedida de análise jurídica que deverá observar as regras estabelecidas no § 6º do art. 156 da lei 14.133/21.

- 15.6. A aplicação das sanções previstas nos incisos I,II e IV do item 18.2 poderão ser aplicadas cumulativamente.

- 15.7. Na aplicação das sanções por parte da Defensoria Pública Geral, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

## 16. DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

- 16.1. O contratado obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto da contratação.

- 16.2. O contratado obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

- 16.3. O contratado deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício de suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

- 16.4. O contratado não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 16.5. O contratado não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 16.6. O contratado obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários quando da transmissão autorizada a terceiros, durante o cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 16.7. O contratado fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.
- 16.8. Ao contratado não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do objeto deste instrumento contratual.
- 16.9. O contratado deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.
- 16.10. O contratado deverá notificar, imediatamente, a contratante no caso de perda parcial ou total da informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 16.11. A notificação não eximirá o contratado das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda parcial ou total da informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 16.12. O contratado que descumprir os termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto deste instrumento contratual, fica obrigado a assumir total responsabilidade e o ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo ocorrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.
- 16.13. O contratado fica obrigado a manter preposto para comunicação com a contratante, para os assuntos relacionados à Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.
- 16.14. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre o contratado e a contratante, bem como, entre o fornecedor/contratado e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços, sob pena das sanções previstas na Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial em contrário.
- 16.15. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará o contratado a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequentemente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.
- 17. DO DESCREDENCIAMENTO**
- 17.1. O ato de credenciamento tem caráter precário, podendo, a qualquer momento, o (a) CREDENCIADO(A) ou CREDENCIANTE denunciá-lo.
- 17.2. O(a) CREDENCIADO(A) que desejar solicitar o descredenciamento, deverá fazê-lo mediante aviso escrito encaminhado para o e-mail [comissaocredenciamento@ac.def.br](mailto:comissaocredenciamento@ac.def.br).
- 17.3. Em caso de descredenciamento por iniciativa de qualquer uma das partes, o(a) CREDENCIADO(A) deverá adimplir integralmente as entregas de serviços ao CREDENCIANTE que eventualmente restem pendentes até a data final de vigência do seu Termo de Credenciamento.
- 17.4. O ato de descredenciamento implica a suspensão imediata de novas distribuições de serviços ao(a) profissional descredenciado(a).
- 17.5. Em caso de descredenciamento por iniciativa do(a) CREDENCIADO(A), poderá haver novo pedido de credenciamento, cuja aprovação dependerá, além das condições dispostas neste Termo de Referência, do cumprimento, pelo(a) CREDENCIADO(A).
- 18. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**
- 18.1. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar de arcondo com o art 4º do Decreto 11.878/2024, porém avendo necessidade, as contratações oriundas do processo de credenciamento serão pautadas no art. 74, IV lei 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 11.363/2023.
- 18.2. O Edital de Credenciamento relacionado a este Termo de Referência entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Acre.
- 18.3. Todos os termos e anexos da contratação, deverão ser assinados via Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da Defensoria Pública do Estado do Acre.
- 18.4. Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela apresentação de documentos relativos a este Credenciamento.
- 18.5. Aplicam-se ao presente Credenciamento as Leis 14.133/2021 e 14.195/2021
- 18.6. Consultas poderão ser endereçadas à comissão de credenciamento.
- 18.7. As informações relativas à habilitação do(a) CREDENCIADO(A), bem como os avisos relativos a este Credenciamento, serão disponibilizados aos interessados por meio de mensagem expedida por e-mail pelo CREDENCIANTE.
- 18.8. As partes ficarão exoneradas do cumprimento das obrigações assumidas pelo presente instrumento, quando ocorrerem motivos de força maior ou caso fortuito, assim definidos no parágrafo único do artigo 393 da Lei Federal nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (código Civil) enquanto tais motivos perdurarem.
- 18.9. O serviço é prestado no domicílio dos tradutores públicos juramentados e posteriormente encaminhado à DPE/AC. Em vista disso, em relação a esta Defensoria, é ínfimo o impacto ambiental causado pela atividade relacionada ao serviço de tradução/versão que se constitui objeto deste Termo de Referência.
- 18.10. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, nos princípios de direito público e, subsidiariamente, com base em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.
- 18.11. Nos termos do Art. 192 da Lei 14.133/2021, as questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Rio Branco - Acre.

**Anderson Lima de Oliveira**  
Assessor Especial  
Diretoria Geral  
(Elaborador)

**Gleison Gomes de Souza**  
Diretor Geral  
(Aprovador)

ANEXO I – MODELO DE PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

PEDIDO DE CREDENCIAMENTO – TRADUTOR			
Dados do(a) solicitante			
Nome Completo			
CPF		R.G.	
Endereço			
Telefone(s)			
E-mail principal			

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

Requeiro o credenciamento junto à Defensoria Pública do Estado do Acre, para a realização de serviços de tradução juramentada no(s) idioma(s) \_\_\_\_\_. Assumo desde já o compromisso de observar todas as exigências previstas no edital de Credenciamento nº XX/2024, caso o credenciamento solicitado seja deferido.

Declaro ciência e plena aceitação de todos os termos do referido Edital, principalmente os seguintes:

- a) os valores referentes aos serviços por mim prestados serão pagos pela Defensoria Pública do Estado do Acre nos termos, condições e prazos definidos no referido Edital;
- b) após a aprovação do presente requerimento, deverei assinar, juntamente com a autoridade competente da DPE/AC, Termo de Credenciamento, o qual após publicado no Diário Oficial Eletrônico da DPE/AC, tornar-me-á habilitado(a) a prestar os serviços supracitados;
- c) o Termo de Credenciamento decorrente deste requerimento não estabelecerá vínculo empregatício de qualquer natureza entre a CREDENCIANTE e eu; e
- d) é competente a DPE/AC, no Foro da cidade Rio Branco, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Termo.

Local \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Solicitante



**ANEXO II - DECLARAÇÃO DE NÃO NEPOTISMO****DECLARAÇÃO DE NÃO NEPOTISMO**

Declaro, para os fins de direito, na qualidade de Proponente do Cadastramento de Profissionais do Edital de Credenciamento nº. xx/2024, instaurado pela Defensoria Pública do Estado do Acre, não incorrer na vedação de nepotismo, ou seja, não sou cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de ocupante de cargo de direção, chefia e de assessoramento vinculados direta ou indiretamente às Unidades situadas na linha hierárquica das áreas encarregadas pela condução do processo de credenciamento de tradutores juramentados do referido Órgão.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Rio Branco, xx/xx/2024

---

Assinatura do Solicitante

**ANEXO III - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO****TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO**

Eu, ....., inscrito (a) no CPF sob o nº ....., abaixo firmado, obrigo-me a manter absoluto sigilo em relação a toda e qualquer informação a que tiver acesso em razão da execução dos serviços de orçamento/tradução/versão, prestados à Defensoria Pública do Estado do Acre – DPE/AC a partir desta data. Comprometo-me ainda a observar o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, e cumprir o dever em salvaguardar a informação sigilosa e pessoal, utilizando-as, exclusivamente, para o exercício de minhas atribuições sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal.

Por Este Termo, comprometo-me a:

1. Não utilizar informação sigilosa ou pessoal a que tiver acesso para lograr benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros. Estas informações nos diversos formatos (impresso, magnético ou digital) devem ser tratadas com absoluta reserva em qualquer condição e não podem ser divulgadas ou dadas a conhecer a terceiros não autorizados;

2. Não efetuar gravação ou cópia da documentação sigilosa ou pessoal a que tiver acesso para fins diversos não relativos à prestação do serviço de tradução/versão;

3. A não me apropriar de material confidencial e/ou sigiloso que venha a ser disponibilizado;

4. A não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por meu intermédio, e obrigando-me, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

A observância da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida pela minha pessoa por meio deste termo, com apoio na legislação federal e nas normas regulamentares que regem a matéria, possui caráter irrevogável e irretratável e vigência enquanto a confidencialidade das informações/dados por mim tratados persistir, na forma da Lei n. 13.709/2018 e demais legislações e normativos que disponham sobre a matéria.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e sigilo, fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

Rio Branco – Acre, xx/xx/2024.

---

Assinatura do(a) tradutor(a)  
Matrícula na Junta Comercial (se houver)

**ANEXO IV – DEMONSTRATIVO DE  
COMPOSIÇÃO DE CUSTOS**

Órgão Tomador: Defensoria Pública do Estado do Acre

CNPJ: 04.581.375/0001-43

Av. Antônio da Rocha Viana, nº. 3.057, Santa Quitéria – Rio Branco – Acre, CEP: 69.918-700.

**DADOS DO PROFISSIONAL PRESTADOR DO SERVIÇO:**

NOME:

RG:

CPF:

ENDEREÇO:

PIS/PASEP/CI OU NIT:

CBO: 261420 – Tradutor

**DEMONSTRATIVO:**

a) Processo:

b) Valor unitário da lauda: R\$

c) Total de Laudas: R\$

d) Despesas de envio postal (se houver anexar comprovação): R\$

e) Valor total dos serviços:

f) Contribuição Patronal INSS (20% do valor total dos serviços): R\$

g) Total Geral: R\$

Estou ciente que Defensoria Pública do Estado do Acre, após o pagamento desta despesa, enviar-me-á o Comprovante de Pagamento a Autônomo correspondente, no qual constará a discriminação dos descontos legais incidentes e o valor líquido do pagamento referente ao serviço acima indicado.

Rio Branco – Acre, xx/xx/2024

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Tradutor

**ANEXO V - SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO**  
**SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO**

Senhor(a) xxx,

1. Vimos encaminhar a Vossa Senhoria cópia de documento que integra os autos do processo xxx, arquivo(s) anexo(s) com x página(s), para o qual solicitamos análise para o serviço de tradução juramentada do inteiro teor do documento anexo do idioma XXX para o XXX. Eventuais partes do texto em outro idioma devem ser desconsideradas.

2. Para tanto, rogamos que envie, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, proposta de serviço com estimativa de quantidade de laudas, preço por lauda, preço total e data prevista de entrega da tradução e, destaque de 20% referente à contribuição patronal ao INSS para o e-mail [comissaocredenciamento@ac.def.br](mailto:comissaocredenciamento@ac.def.br).

3. O arquivo anexo, a ser traduzido, é composto de páginas que integram os autos do respectivo processo judicial, as quais foram juntadas pelas partes interessadas na forma como se encontram. Em vista disso, caso haja eventuais trechos ilegíveis, sugerimos a Vossa Senhoria que faça constar em seu trabalho observações ou notas técnicas pertinentes, sem prejuízo de adoção de outro procedimento eventualmente determinado pela boa técnica do seu ofício, devidamente indicado no trabalho final.

4. Rogamos ainda que considere a entrega das laudas separadas em blocos distintos, cada um com assinatura, de acordo com os agrupamentos dos documentos nos arquivos originais que ora enviamos.

5. Por oportuno informamos que a execução do serviço se dará após recebimento da aprovação formal da sua proposta. Após o recebimento de sua proposta, enviaremos novas instruções relativas à execução do serviço.

6. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que Vossa Senhoria julgar pertinente.

Atenciosamente,

---

Comissão de Credenciamento

ANEXO VI - CADASTRO PESSOA FÍSICA E-SOCIAL

FORMULÁRIO PESSOA FÍSICA E-SOCIAL	
Nome Completo	
CPF	
Data de Nascimento	
Sexo	<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino
Raça/Cor	<input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Parada <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Não Informado
Grau de Instrução	<input type="checkbox"/> Superior Completo <input type="checkbox"/> Especialização <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado
País de nascimento	
País de nacionalidade	
Categoria do Trabalhador e-social	261420 - TRADUTOR
PIS/PASEP/NIT/CI	
Endereço Completo	
Telefones para contato	
e-mail	

Declaro, para todos os efeitos legais, que os dados constantes neste formulário são expressão da verdade.  
Rio Branco – Acre, xx/xx/2024

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Tradutor

**ANEXO VII - TERMO DE CREDENCIAMENTO****TERMO DE CREDENCIAMENTO DE TRADUTOR DPE/AC Nº. XX/2024**

A defensoria Pública do Estado do Acre, órgão integrante do Poder Judiciário do Estado do Acre, inscrito no CNPJ sob o n. 04.581.375/0001-43, com sede na Av. Antônio da Rocha Viana, nº. 3057 - Santa Quitéria, CEP 69.918-700 - Rio Branco - Acre, neste ato representado por sua Defensora Pública-Geral a Sra. Simone Jaques de Azambuja Santiado, cujo documento que lhe dá atribuição de Autoridade Superior do órgão é o Decreto Estadual nº. 2.696-P, de 23 de novembro de 2022. **CREDENCIA**, com fundamento no art. 74, inciso IV, combinado com o art. 79, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, o Sr (a). \_\_\_\_\_, conforme documentação apresentada nos autos do Processo SEI DPE nº. \_\_\_\_\_, para a prestação de serviços de tradução juramentada de documentos do idioma \_\_\_\_\_ para \_\_\_\_\_ ou versão do \_\_\_\_\_ para o idioma \_\_\_\_\_, conforme as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento n. xx/2024 e seus anexos, o qual o credenciado declara conhecer e acatar. E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado, é lavrado o presente Instrumento no Sistema Eletrônico de Informações da Defensoria Pública do Estado do Acre(SEI/DPE/AC), após lido e assinado eletronicamente pelas partes.

Simone Jaques de Azambuja Santiago  
Defensora Pública-Geral

Nome Sobrenome Sobrenome  
Tradutor(a)

## ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

## DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaro, para os fins de direito, na qualidade de Proponente do Cadastramento de Profissionais do Edital de Credenciamento nº. XX/2024, instaurado pela Defensoria Pública do Estado do Acre, que não fui julgado inidôneo para licitar ou contratar com o Poder Público, nem me encontro suspenso de participar de licitação, bem como não estou impedido de contratar com a Administração em qualquer de suas esferas.

Outrossim, declaro que:

( ) Não sou servidor(a) ativo(a) da Administração Direta ou Indireta da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, nem empregado de suas subsidiárias ou controladas.

( ) Sou servidor(a) ativo(a) da Administração Direta ou Indireta da União, Estados, Municípios e Distrito Federal ou empregado de suas subsidiárias ou controladas, em condições legais e constitucionais de acumular minhas atividades.

Declaro que é de meu conhecimento que qualquer omissão ou informação incorreta constituirá má fé, estando ciente do que dispõe o art. 299 do Código Penal: *omitir em documento público ou particular declaração que dele devia constar ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante pena de reclusão de 01 a 05 anos.*

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Rio Branco - Acre, \_\_/\_\_/\_\_

Assinatura do Solicitante



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Lima de Oliveira, Assessor Especial da Diretoria-Geral**, em 21/06/2024, às 10:29, conforme horário oficial do Acre, na forma do Art. 4º, II, da Lei Federal nº 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Gleison Gomes de Souza, Diretor-Geral**, em 01/07/2024, às 08:56, conforme horário oficial do Acre, na forma do Art. 4º, II, da Lei Federal nº 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.ac.def.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ac.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0030420** e o código CRC **FE5AC62E**.

Referência: Processo nº 0305.01983/2024-70

SEI nº 0030420



Documento assinado eletronicamente por **Gleison Gomes de Souza, Diretor-Geral**, em 05/07/2024, às 10:10, conforme horário oficial do Acre, na forma do Art. 4º, II, da Lei Federal nº 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.ac.def.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ac.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0034056** e o código CRC **817562DD**.

Referência: Processo nº 0305.01983/2024-70

SEI nº 0034056